



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

**REQUERIMENTO Nº      /2006**

**PROTOCOLADO SOB Nº 484 /2006**

**EM 13/03/06**

ATA		
EXPEDIENTE	/	/2006
ACEITO EM	/	/2006
APROVADO EM	/	/2006
REJEITADO EM	/	/2006
ARQUIVO		

O Vereador abaixo assinado, requer, após ouvida a Casa, na forma regimental, seja encaminhado as Comissões Técnicas o seguinte:

**EMENDA ADITIVA Nº 1**

“Adita parágrafo único ao artigo 1º do projeto de lei nº 008 – processo nº 473, que concede reposição salarial nos vencimentos dos servidores municipais ativos, inativos e pensionistas”.

“Art. –.....

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A reposição salarial de que trata o artigo 1º será retroativa a 1º(primeiro) de janeiro do corrente ano nos termos do art. 249 da lei 5.819/03.”

Sala de Sessões, 13 de março de 2006.

Vereador Cláudio Costa  
Líder Bancada PT

VISTO

\_\_\_\_\_  
Presidente



A mais antiga do Estado  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇOS PÚBLICOS,  
INFRA-ESTRUTURA E CIDADANIA.

PARECER 09/06

PROCESSO..... 484/2006

Esta Comissão, após apreciar o Projeto, constante do Processo acima enumerado, declara ~~não~~ **haver** impedimento a sua tramitação.

☒ INCONSTITUCIONAL

☐ ANTIJURÍDICO

☐ ANTIREGIMENTAL

☐ INADEQUADO A TÉCNICA LEGISLATIVA

Este é o parecer desta Comissão.

Sala das Comissões, 20 de MARÇO de 2006

Presidente

Vice-Presidente

Secretário

Membro

- voto separado por  
entender **há** haver diferença  
salarial no município.

# CÓPIA

Júlio Rodrigues  
Consultor Jurídico

**PARECER N.º 225.05**

**ORIGEM:** Por Deliberação da CCJ.

**PROC. N.º 473.06 – Emenda Ver. Cláudio Costa – PT  
n.º 02.**

Efetivamente, a data fixada para as reposições dos vencimentos dos servidores constante do Estado dos Servidores Públicos do Rio Grande é a de 1.º de janeiro de cada ano, como dispõe o art. 249. da Lei Municipal 5.819/96, o que, certamente, inspirou a emenda apresentada pelo Vereador Autor, que embora transcrito o artigo 1.º, pretende em *resumo* alterar a data de vigência do benefício.

Contudo, o nosso dever é o exame de ordem legal da proposição e, neste caso, encontramos óbices a sua tramitação, pois, claro está que se a reposição vir a ser a partir de 1.º de janeiro e não 1.º de maio, como previsto no projeto do Executivo, estaremos diante de “*aumento de despesas*” em projetos de Lei de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, ferindo, neste caso, o art. 63 da Constituição Federal e art. 61, da Constituição do Estado.

Assim, entendemos *inconstitucional a emenda. S.m.j é o Parecer.*

  
160806





A mais antiga do Estado  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**DESPACHO**

Processo nº *184/2006*

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador

(a) *D. GIGENATÁRIO* \_\_\_\_\_

Deliberou a Comissão de ☒ enviar, ( ) não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, *16* de *março* de 200 *6*.

\_\_\_\_\_  
Presidente da Comissão

**PARECER JURÍDICO**

Nº *226/05*

- ( ☒ ) Em anexo *ADOTAMOS PARA A presente EMENDA o parecer 226/05, por identificação de matéria;*  
( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e adequado a Técnica Legislativa

Rio Grande, *16* de *março* de 200 *6*

\_\_\_\_\_  
Consultor Jurídico

**DESPACHO**

Na condição de Relator (a) :

- ( ) Acolho o parecer jurídico por seus fundamentos.  
( ) Deixo de acolher o parecer jurídico pelas razões em separado.  
( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, de de 200.

\_\_\_\_\_  
Relator(a)